



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 7/2022 - Plenário - 25/07/2022 das 18:00 as 23:00

Decisão: 290/2022

Referência: 2594471/2019 - Auto: 41530/2019

Interessado: SAUGOS CONSTRUCAO E PERICIA TECNICA EIRELI - ME

EMENTA: A penalidade aplicada pelo auto de infração - PESSOA JURÍDICA EXERCENDO ATIVIDADES PROFISSIONAIS CONTIDAS EM SEUS OBJETIVOS SOCIAIS SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA ESSAS ATIVIDADES - por infração ao(a) Alínea 'e' do art. 6º, da Lei federal Nº 5194/66; art. 73 da Lei 5194/66 combinado com art. 2º da Lei 6619/78.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 25 de julho de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Silfran Rogerio Marialva Alves, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Saugos Construção E Perícia Técnica Eireli - Me, Considerando a Res. 1.008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; Considerando que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; Considerando o art. 73 da Lei nº. 5.194/66, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta; Considerando a Resolução nº 1.066, de 25 de setembro de 2015, que fixa os critérios para cobrança das anuidades, serviços e multas a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas registradas no Sistema Confea/Crea e o ANEXO DA DECISÃO PL-1642/2020, que estipula os valores das multas para o corrente ano: "MULTAS Os valores das multas relativas às alíneas do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, e art. 3º da Lei nº 6.496, de 1977, para o exercício 2021, constam na tabela abaixo e foram reajustados a partir dos valores praticados no exercício 2020 de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - no período de setembro de 2019 até agosto de 2021, correspondente a 2,94042%, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Em seguida foi concedido o desconto equivalente ao reajuste mantendo-se os valores praticados em 2020. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração nº 41530/2019, lavrado em desfavor da pessoa jurídica SAUGOS CONSTRUCAO E PERICIA TECNICA EIRELI - ME, cuja infração refere-se a "PESSOA JURÍDICA EXERCENDO ATIVIDADES PROFISSIONAIS CONTIDAS EM SEUS OBJETIVOS SOCIAIS SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA ESSAS ATIVIDADES", com base na Lei Federal 5.194/66 em seus artigos 27, 34 e 62, e na Resolução do Confea nº 1.070/2015, em seus artigos 20, 21 e 22. Decisão proferida na 556ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Amarildo Almeida De Lima, Anderson De Medeiros (suplente), Audinei Lima Leite, Claudécir Malveira De Souza, Claudionildo Teles Batalha (suplente), Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Eirie Gentil Vinhote, Gabriel Monte Paiva (suplente), Jackson Pantoja Lima, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Luis Antonio De Araujo Pinto, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Marcelo De Almeida Conceição, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves, Valcemir Freitas De Souza (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 25 de julho de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário